MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS CONSELHO UNIVERSITÁRIO

ATA Nº 01/90

OOl Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de mil novecentos e noventa, tendo início às oito horas e quarenta 002 e cinco minutos, no Salão Nobre da Faculdade de Agrono -003 mia Eliseu Maciel, realizou-se uma sessão ordinária do Con 004 selho Universitário da Universidade Federal de Pelotas 005 convocada e presidida por seu Presidente, Professor Amil 006 car Goyheneix Gigante, Magnífico Reitor, a qual contou com 007 a presença dos seguintes conselheiros: professores 800 Henrique Schuch, Vice-Reitor; Sérgio Roberto Martins, Pró 009 -Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação; Maria Isabel da Cu-010 nha, Pró-Reitora de Graduação e Assistência, Aldyr Garcia 011 Schlee, Pró-Reitor de Extensão; Moacir Cardoso Elias, 012 retor da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel; Adair Ste-013 fanello Busato, Diretor da Faculdade de Odontologia; José 014 Gilberto da Cunha Gastal, Diretor da Faculdade de Direito; 015

Elizabeth Maria Mauer de Salles, Diretora do Conservató-016 rio de Música; Antonio Lucas Meleu Gomes, Diretor da Fa-017 culdade de Veterinária; Zilma da Costa Tambara, Diretora 018 da Faculdade de Ciências Domésticas; Wanderlei Rospide da 019 020 Motta, Diretor da Faculdade de Medicina; Florismar de Oli veira Thomaz, Diretor da Escola Superior de Educação Físi 021 ca; Egon Affonso Michels. Vice-Diretor da Faculdade de E-022 ducação; Angela Maria Sinott Rocha Gonzales, Diretora do 023 Instituto de Letras e Artes; João Nelci Brandalise, Dire 024 025 tor do Instituto de Biologia; José Rubens Silveira Aceve-026 do, Diretor do Instituto de Ciências Humanas; Cleusa Ma-027 ria Albernaz Morga, Diretora do Instituto de Física e Ma 028 temática; Jorge Luiz Martins, Diretor do Instituto de Quí 029 mica e Geociência; Maria Amélia Soares Dias da Costa, Di-030 retora do Instituto de Sociologia e Politica; João Carlos 031 Dagnoni Prado, Vice-Diretor no excercício, digo, exercí -032 cio da Direção da Faculdade de Meteorologia; Claudio Mai-033 ran Brazil, Diretor da Faculdade de Enfermagem e Obste -034 trícia; Eurico Guimarães de Castro Neves, Diretor da Fa-035 culdade de Engenharia Agricola; Paulo Affonso Rheingantz, 036 Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; Marli Cos ta dos Santos, Diretora da Faculdade de Nutrição; José Leo 037 038 nel da Luz Antunez, Diretor do Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça; Paulo Silveira Júnior, Representante dos 039 Professores Titulares; Morena Pinto Peters, Representante 040 dos Professores Adjuntos; Luiz Fernando Camargo Veronez, 041 Representante dos Professores Auxiliares; Gastão 042 Pureza Duarte, Representante do COCEPE; Hilda Costa Aceve 043 do, Representante do COCEPE; Luiz Osório Rocha dos Santos, 044 Pró-Reitor Administrativo; Fernando Stephan Marroni, 045 presentante dos servidores técnico-administrativos, e mais 046 os acadêmicos Andre Elói Benvegnú, Diogo Joel Demarco, Pau 047 lo Daniel Araújo Benito, Fernando João Neto de Faria e Sin 048 val Vicenzi, Representantes Discentes. O Conselheiro Rena 049 to Osvaldo Fleischmann apresentou justificativa em razão 050 da sua ausência. Havendo número legal de membros presen -051



tes o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos. 052 053 2 - INFORMES DO REITOR. Afirmou o Sr. Presidente que en-054 tende pertinente nesta ocasião trazer ao Conselho informa ções acerca da recente reunião do Conselho de Reitores le 055 vada a efeito na primeira semana de março corrente, e bem 056 057 assim da próxima realização do Seminário sobre a Universi 058 dade, acontecimentos estes com larga repercussão na vida da Instituição. Assim, destacaria no momento como um dos 059 temas primaciais do Encontro a abordagem sobre a integra-060 061 ção da universidade no desenvolvimento tecnológico e seu entrosamento com outros setores produtivos, questionamen-062 063 to este que duscitou o mais vivo debate de parte daquela plenária. Também despertou intensa e acesa discussão a te 064 se a respeito da universidade dentro de uma nova defini-065 ção do Estado. Foram realizadas mesas-redondas sobre tais 066 assuntos que tiveram ampla divulgação pela imprensa nacio 067 nal e sobre os quais sairão oportunamente documentos 068 nais firmando a posição do CRUB. Transpondo-nos para a sim 069 plicidade da nossa realidade - no dizer do Magnífico 070 tor - entende necessário tecer algum comentário em torno 071 do Seminário que logo estará sendo realizado em nosso meio 072 e que tem como escopo repensar a Universidade Federal 073 Pelotas. Afirmou o Sr. Presidente que, como todos lembram, 074 era intenção da atual administração já no primeiro ano de 075 gestão levar a efeito este importante evento para a vida 076 institucional desta Casa o que, todavia, não ocorreu por 077 vários fatores que assim o determinaram. Agora, supera -078 dos os entraves e aplainado o caminho prepara-se a comuni 079 dade universitária para viver este importante momento 080 Seminário, para o qual convergirão todas as atenções, 081 busca de novos rumos para a UFPel. Continuou o Sr. Presi-082 dente: a hora presente é grave ! A imprensa vem 083 ásperas críticas em relação às universidades públicas, ten 084 do este comportamento recrudescido nas últimas semanas 085 o que leva-nos a pensar que, mais do que nunca, somos cha 086 mados a refletir sobre a delicada situação nacional, a con 087

A

juntura internacional, que inevitavelmente nos envolve e, 880 consequentemente, a posição da universidade frente a es-089 sas delicadas questões. Assim, concluiu, é este o momento 090 por excelência para meditar sobre tudo isso, de maneira a 091 que, na tarefa de reconstrução da Universidade estejamos 092 também engajados no processo de transformação social por 093 que anseia a Nação. O Professor Amilcar Gigante relatou, 094 ainda, aos Srs. Conselheiros, apisódios de sua viagem 095 Brasília, quando teve a oportunidade de apresentar os cum 096 primentos da Universidade aos Srs. Ministros Carlos Alber 097 to Chiarelli, da Educação, da Saúde e da Agricultura, 098 dos recem empossados, assim como ao Professor Silvino Joa 099 quim Lopes Neto, Secretário de Ensino Superior. Antes 100 consultar ao plenário sobre a existência de alguma ques-101 tão a ser inserida no tópico "outros Assuntos", o Sr. Pre 102 sidente retrocedeu em relação à pauta, eis que, inadverti 103 damente, deixou de ser abordado o primeiro assunto 104 previsto o que neste momento passa a ser feito. ITEM 1-A 105 PROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR. Colocado o documento 106 em discussão não houve quem desejasse emendá-lo sendo, en 107 tão, posto em votação, vindo a ser aprovado na integra. I 108 TEM 3 - ELEIÇÕES DAS COMISSÕES. Lembrou o Sr. 109 te aos presentes que de acordo com preceito regimental de 110 verá ser deflagrado, na primeira sessão anual deste Conse 111 lho, o processo eleitoral para a composição de suas Comis 112 sões de Legislação e Normas e de Administração e Finanças. 113 Por esta razão determinou S. Exª a suspensão por breves-114 minutos da reunião, de forma a possibilitar articulações 115 objetivando a apresentação de candidaturas. Em assim ocor 116 rendo, o Professor Moacir Cardoso Elias submeteu a seus 117 pares os nomes dos professores Aldyr Garcia Schlee, 118 Gilberto da Cunha Gastal e Renato Osvaldo Fleischmann 119 ra serem sufragados como membros da Comissão de Legisla -120 121 ção e Normas. Em rápida intervenção o Conselheiro Schlee agradeceu a lembrança de seu colega declinando-a , 122 123 contudo, com a argumentação de que não obstante a sua for



mação juridica não manifestava pendores para o Direito In terno, a par de, pelas atribuições que lhe estão cometidæs 125 como Pró-Reitor de Extensão, não sobrar-lhe tempo razoá-126 vel para desincumbir-se a contento de tal mister sugerin-127 do, por seu turno, outros nomes como, por exemplo, os dos 128 professores José Rubens Silveira Acevedo, também com expe 129 riência no ramo do direito, bem como o do Representante -130 Discente que tem assento em no nosso Conselho que $\acute{ ext{e}}$ acad $\acute{ ext{e}}$ 131 mico de nossa Domus Juris, Fernando João Neto de Faria De 132 sua parte o Professor Adair Stefanello Busato apresentou-133 à consideração do plenário, como sugestão de voto, os pro 134 fessores José Gilberto Gastal, José Rubens Acevedo e Ma-135 ria Amélia Soares Dias da Costa. Dada a posição do Profes 136 sor Aldyr Schlee, o conselheiro Moacir Elias reformulou a 137 indicação feita originalmente, mantendo os nomes dos pro 138 fessores José Gilberto Gastal, Renato Osvaldo Fleischmann 139 incluindo, então, o do Professor José Rubens Acevedo. 140 Ac. Diogo Joel Demarco pronunciou-se no sentido de refor-141 çar a indicação de seu colega Fernando João Neto de Faria 142 que, a seu ver, robustece a participação dos estudantes -143 na vida universitária, mormente atuando junto a uma Comis 144 são que tem relevância no encaminhamento de complexas ques 145 tões junto a este Órgão. Retomando o processo eleitoral em 146 sí, foram distribuidas as cédulas para consignar o voto, 147 sendo, em seguida, nomeada a comissão apuradora, nas pes 148 soas dos professores Aldyr Garcia Schlee e Zilma da Costa 149 Tambara. Presentes à votação 38 conselheiros observou- se 150 o resultado: professores José Gilberto da Cunha Gastal 31 151 (trinta e um) votos; José Rubens Silveira Acevedo 30 (trin 152 ta); Renato Osvaldo Fleischmann 16 (dezesseis); Hilda Cos 153 ta Acevedo 1 (um); Gastão Coelho Pureza Duarte 2 (dois); 154 Maria Amélia Soares Dias da Costa 15 (quinze); Moacir Car 155 doso Elias 1 (um); Ac. Fernando João Neto de Faria 17 (de 156 zessete) e em branco l (um) voto. Dessa maneira foram pro 157 clamados eleitos os conselheiros José Gilberto da 158 Gastal, José Rubens S. Acevedo e o Ac. Fernando João Neto 159 de Faria. Logo após foi procedida nova distribuição de ce 160

dulas para, então, conforme deliberado na presente sessão, 161 162 pela vez primeira introduzir a figura do suplente nas Co-163 missões do Conselho Universitário. Decorrida a votação e a 164 purados os resultados foram eleitos como suplentes da Co-165 missão de Legislação e Normas os professores Maria Amélia Soares Dias da Costa, Renato Osvaldo Fleischmann e 166 Costa Acevedo. Passando-se ao pleito para a Comissão de Ad 167 168 ministração e Finanças teve-se a seguinte apuração: Ac. Sin 169 val Vicenzi 19 (dezenove); Bel. Luiz Osório Rocha dos San-170 tos 35 (trinta e cinco); professores Ângela Maria Sinott -171 Rocha Gonzales 28 (vinte e oito); Gastão Coelho Pureza Du-172 arte 18 (dezoito); Paulo Affonso Rheingantz 1 (um); Paulo 173 Silveira 1 (um); Moacir Cardoso Elias 4 (quatro) José Leo-174 nel da Luz Antunez 1 (um) e em branco também 1 (um) 175 A referida Comissão fica, assim, integrada pelos membros 176 Luiz Osório Rocha dos Santos, Angela Maria Sinott Rocha -Gonzales e Sinval Vicenzi. Realizada posteriormente a elei 177 178 ção para suplentes dessa mesma comissão foram escolhidos os 179 professores Eurico Guimarães Castro Neves, Adair Stefanel-180 lo Busato e Florismar de Oliveira Thomaz, na ordem, os mais votados. ITEM 4 - PROCESSOS RELATADOS PELA COMISSÃO DE LE 181 GISLAÇÃO E NORMAS. 4.1 - Regimento do Centro Agropecuário 182 da Palma. Cedida a palavra ao Professor José Gilberto Gas-183 tal, Presidente da Comissão de Legislação e Normas, passou 184 este a relatar o respectivo processo lendo o parecer cujo 185 teor se segue: " PARECER: O conteúdo do art. 19 não é nor 186 mativo, mas anunciador do conteúdo normativo do Regimento 187 em foco. Deve ser suprimido como artigo e passar a constar 188 como Ementa. O art. 2º é ocioso. Portanto, de início, opi 189 na-se pela supressão dos arts. 19 e 29, atribuição de cará 190 ter de Ementa ao dito no art. 19, e renumeração dos demais 191 artigos. Ao atual art. 49, penso que se deva acrescer a ex 192 pressão 'e/ou finalidades científicas', sob pena de que a 193 194 atual redação não permita qualquer outra atividade diversa das que objetivem melhoria da qualidade de vida da popula-195 ção desta região. O parágrafo único do atual arto 40 196

tém adjetivo de imprecisa interpretação legal: participati 197 vo. É preciso dizer com clareza: ensino prático ea pessoas 198 da região que não sejam alunos matriculados nesta Universi 199 dade; ensino prático a alunos e a não alunos, conjuntamen-200 te; ou ensino prático a alunos, mas com vistas à sua parti 201 cipação na realidade rural regional. Se fosse de interesse 202 precisar a tal ponto a finalidade do CAP, caberia 203 em diligência, a bem de esclarecer-se a intenção. Contudo, 204 não é necessária tal disposição de parágrafo único. O caput 205 é suficientemente vinculatória das atividades à realidade 206 regional. A supressão do parágrafo único, que ora se 207 põe, em nada prejudicará; ao passo que sua persistência po 208 de ser fonte de futuros transtornos interpretativos. No a-209 tual art. 5º, é de trocar a expressão 'multinacionais' por 210 'internacionais', pois esta qualifica os organismos que a-211 grupam nações e aquela não tem sentido jurídico existencial, 212 mas meramente econômico funcional. Para eficácia e regula-213 ridade das deliberações da Assembléia Geral, parece útil $\underline{\mathbf{a}}$ 214 crescer dois parágrafos ao art. 13: '§ 19 - Somente 215 considerado presente e habilitado a votar o membro que as-216 sinar o Livro de Presença à Assembléia Geral.' '§ 20 - 0 217 CAP manterá, atualizada com a devida periodicidade, a rela 218 ção nominal de todas as pessoas integrantes dos corpos do-219 cente, discente e técnico administrativo das Faculdades cu 220 jos membros integram a Assembléia Geral do CAP'. No § 2º do 221 art. 15, parece caber nova redação à expressão final 222 conjunto entre os funcionários das quatro Unidades 223 CAP'. Sugere-se: '..., eleitos pelo conjunto dos servidores 224 das quatro Unidades e do próprio CAP.' No art. 17, alínea 225 'A', é de substituir-se a expressão 'para aprovação', que 226 está como que determinando conduta ao Conselho Universitá-227 rio, pela expressão cabível: '... antes de submetê-lo 228 Conselho Universitário.' No art. 19, § 19, ao invés de 229 matéria em pauta', é de constar 'a matéria ainda pendente 230 em pauta'. O art. 21 deveria ensejar à maioria absoluta do 231 Conselho Diretor, a faculdade de eventualmente 232

por votação secreta. O voto secreto não é em si desairoso e 233 é garantia, muitas vezes, de independência do voto face a 234 pressões circunstanciais ou outros fatores. Sugere-se acres 235 cer ao art. 21 a expressão 'salvo se, por maioria, delibere 236 usar votação secreta para matéria específica'. Além do que, 237 já o próprio art. 17, alínea 'n', prevê voto secreto no Con 238 selho Diretor. Ao art. 55, propõe-se substituir a redação : 239 Art. 55 - A compatibilização entre as assembléias gerais e 240 as atividades ordinárias das Unidades observará os seguin -241 tes preceitos: § 19 - As datas e horários das assembléias ge 242 rais ordinárias deverão ser previamente ajustadas entre a 243 Direção do CAP e as Direções das Unidades da área agrária, 244 para evitar colisão de atividades. § 29 - 0 provado compare 245 cimento a Assembléia Geral extraordinária suprirá a ausên -246 cia da pessoa a atividades ordinárias das respectivas Unida 247 des.' Com tal nova redação, seria compatibilizado o convi-248 vio administrativo e acadêmico, sem que o CAP pudesse cons-249 tituir-se em fator de imprevisíveis atribulações à programa 250 ção das Unidades da Área Agrária. No mais, somos pela apro-251 vação. (As.) Prof. José Gilberto da Cunha Gastal; Aldyr Gar 252 cia Schlee; Fernando Stephan Marroni! Submetido o parecer 253 à consideração do plenário inexistiram comentários sobre o 254 mesmo que foi após colocado em votação, ocorrendo a sua a-255 provação pela unanimidade dos presentes. O Magnífico Reitor 256 disse neste momento da sua satisfação de ver concluida as-257 sim esta importante matéria, que muitos avanços proporciona 258 rá a nossa Universidade, congratulando-se com todos aqueles 259 que concorreram para a aprovação do Regimento do Centro A-260 gropecuário da Palma. Os processos 4.2 e 4.3 foram retira-261 dos de pauta, consoante informou o Sr. Presidente, enviados 262 que foram à Procuradoria Juridica da UNiversidade para au-263 diência recomendada. 4.4 - PROC. N923110.004208/87-90. 264 fessores Titulares. O Processo em pauta trata de solicita-265 ção dos Professores Titulares da UFPEl no sentido de ser-266 -lhes outorgado o título de Doutor e, consequentemente, con 267 cedido o incentivo respectivo, a exemplo dos livre-docentes 268

X

que lograram aprovação na defesa de tese, e dos antigos ca 269 tedráticos. A matéria foi relatada pelo Sr. Presidente da 270 Comissão de Legislação e Normas que, a final, leu o pare-271 cer exarado pelo órgão que preside, manifestando-se favorá 272 vel ao atendimento da pretensão sustentada pelos eminentes 273 Professores Titulares de nossa Universidade. Tal questão-274 provocou a intervenção de diversos conselheiros que defen-275 deram posições antagônicas acerca do mérito da pretensão-276 esposada pelos interessados, debate este que estendeu-se -277 longamente e ao cabo do qual decidiu a Mesa colocar em voleta278 tação o parecer antes referido da lavra da Comissão de Le-279 gislação e Normas. Apurados os resultados pode-se constatar 280 que 23 (vinte e três) conselheiros rejeitaram o veredicto 281 apresentado, 12 (doze) o aprovaram, havendo, ainda, 282 abstenção. Com isso deixou o Conselho Universitário de dar 283 provimento ao pedido dos srs. PRofessores Titulares de nos 284 sa Universidade. Registra-se que no parecer da Comissão de 285 Legislação e Normas foi voto vencido o Sr. Representante-286 dos servidores técnico-administrativos, também membro 287 quele órgão, Fernando Stephan Marroni. 4.5 - PROC. No.... 288 23110.001028/89-63. Faculdade de Medicina. Representação 289 Técnico-Administrativa no Conselho Departamental. 4.6 - PROC. 290 Nº23110.006943/88-64. Instituto de Biologia. Representação 291 Técnico-Administrativa no Conselho Departamental. 4.7 - PROC. 292 Nº23110.000138/90-60. Faculdade de Direito. Representação 293 Técnico-Administrativa no Conselho Departamental. Explicou 294 a Presidência que versando estes três processos sobre o -295 mesmo tema, passaria a seguir a palavra ao Sr. Presidente 296 da Comissão de Legislação e Normas para fazer o relato 297 bloco. Com a palavra o Relator, leu o teor do parecer da 298 Comissão que preside, que é o seguinte: "Parecer. A Comis-299 são de Legislação e Normas entende que as propostas exis-300 tentes são de serem acolhidas, em seu mérito. Quanto à 301 dação, sugere: Art. 41 do Estatuto - Cada departamento 302 rá representação dos servidores técnico-administrativos ne 303 le lotados, até 1/5 do total de docentes e assegurado o mí 304

W

305 nimo de um representante. A representação será eleita por 306 seus pares, com mandato de dois anos e direito a uma re-307 eleição. Inc. VI do art. 94 do Reg. Geral - 0 308 Departamental da Unidade terá representação dos servido -309 res técnico-administrativos lotados na Unidade e na Bibli 310 oteca Setorial que lhe seja adstrita, em conjunto e até 311 1/5 dos docentes integrantes do Conselho Departamental, as 312 segurado o mínimo de um representante. A representação se 313 rá eleita por seus pares, com mandato de dois anos e di-314 reito a uma reeleição. Em 21.03.90 (as.) José Gilberto da 315 Cunha Gastal; Aldyr Garcia Schlee; Fernando Stephan Marro 316 ni". Concluida a leitura do documento o Sr. Presidente co 317 locou em discussão a matéria. Intervindo, o Professor A-318 dair Stefanello Busatto afirmou ser do seu desejo congra-319 tular-se com o Conselho por abordar este assunto de gran-320 de repercussão na vida universitária. Afirmou da sua ex-321 traordinária satisfação de poder também participar efeti 322 vamente das providências tendentes a regulamentar tal ques tão no nosso meio. A Faculdade de Odontologia, continuou, 323 324 preocupou-se, igualmente, em relação à participação de seus funcionários administrativos na tomada de decisões no âm-325 326 bito da unidade, somente não tendo a idéia prosperado inda mais por circunstâncias muito especiais de ordem 327 terna. De tal sorte que, nesta ocasião - afirmou o profes 328 sor - , desejava ampliar os limites da presente 329 ção, fazendo aditar-lhe a também participação das Coorde-330 331 nações dos Colegiados de Cursos da Universidade nos Conse lhos das respectivas unidades, assim entendido também 332 Pós-Graduação, contemplando, por outro lado, a propositu-333 334 ra ora apresentada, a atuação dos servidores nos próprios departamentos. O Professor João Nelci Brandalise 335 336 que a proposta então apresentada à administração da versidade pelo Instituto de Biologia abrangia a participa 337 ção nos Conselhos Departamentais de um representante dos 338 servidores técnico-administrativos de cada departamento da 339 unidade. Dessa maneira via com uma certa preocupação as al 340



terações que nesse sentido se introduzisse, eis que o seu 341 Instituto tem um acentuado envolvimento com um grande nú-342 mero de cursos, tornando-se desta maneira um tanto mais di 343 fícil regular o processo de participação. Diferentes 344 poimentos foram prestados por alguns conselheiros. A Pro 345 fessora Maria Amélia Soares Dias da Costa afirmou que sua 346 Unidade preocupara-se anteriormente em abordar esta ques-347 tão, devendo, por seu turno, o correspondente processo su 348 bir a esfera deste Conselho. Alertou, por outro lado, pa-349 ra situações que ocorrem em certas unidades, nas quais \underline{i} 350 nexistem funcionários lotados em departamentos estando, an 351 tes, vinculados diretamente às administrações das mesmas. 352 Julga, em tais circunstâncias, que estes servidores que , 353 embora encontrem-se lotados nas direções prestem - como e 354 fetivamente em muitos casos ocorre - serviços aos departa 355 mentos devem, por um princípio de justiça, junto a estes 356 ter representação. Pensa, outrossim, que a participação de 357 representantes dos colegiados de cursos nos conselhos de-358 partamentais constitui-se num fator de aproximação dos ins 359 360 titutos básicos com as unidades a que servem, das quais , muitas vezes, encontram-se bastante distanciados em ter-361 mos físicos. A Conselheira Ángela Maria Sinott Rocha Gon 362 zales informou que vem acontecendo a participação de fun-363 364 cionários nos órgãos colegiados do ILA, somente não tendo sido, para surpresa sua naquele momento, encaminhado o as 365 366 sunto aos escalões superiores da Universidade visando sua regulamentação. O mesmo tem se dado em relação à re-367 presentação do Colegiado do Curso nas reuniões do Conse -368 lho Departamental daquela unidade universitária. Da mesma 369 forma nesse sentido manifestou-se o Professor Paulo Affon 370 so Rheingantz, afirmando que não só esta representação o-371 corre na Faculdade que dirige como, igualmente, os funcio 372 nários realizam reuniões periódicas para tratar de assun-373 374 tos pertinentes à categoria. O Professor Sérgio registrou a sua satisfação em ver este importante assunto 375 ser tratado no Conselho Universitário e enriquecido, mais, 376



377 pela proposição do Professor Adair no sentido de dar-se , 378 também, a participação das coordenadorias de colegiados 379 de cursos nos conselhos departamentais, tanto de gradua-380 ção como de pós-graduação. Pensa, assim, que deve o Conse 381 lho baixar uma resolução que ratifique essa participação-382 que vem ocorrendo em diferentes unidades, abrindo, ao mes 383 mo tempo, espaço para que outras o façam. Especificamente 384 quanto à admissão das coordenações dos colegiados de cur-385 sos nas sessões dos conselhos departamentais, julga 386 lutamente pertinente a efetivação de tal medida, eis que, 387 assim entende, se constituirá em um elemento a mais 388 tribuindo para erradicar definitivamente do nosso cotidia no o divórcio nocivo existente entre a pós-graduação e as 389 390 administrações dos departamentos; entre estes e os cole giados. O Conselheiro Fernando Stephan Marroni expressou 391 a posição por ele assumida no que concerne a este assunto, 392 393 a qual, para alguns, poderia parecer estranha, em decor rência do silêncio em relação justamente a uma questão de 394 grande interesse do funcionalismo na Universidade. Assim, 395 é mister referir neste momento, que esta aparente omissão 396 deu-se por conta da estratégia que as lideranças dos ser-397 vidores adotaram, consubstanciada na certeza de que a ins 398 399 tituição da representação destes nos órgãos colegiados das unidades universitárias haveria de acontecer de maneira a 400 que os próprios integrantes do quadro técnico-administra-401 402 tivo se conscientizassem da importância dessa medida e da sua justeza em termos de direito a ser conquistado, 403 404 do, então sim, emergeria a verdadeira razão de ser desta representação. Entretanto, não poderia agora calar; 405 406 rimentava um certo constrangimento ao ver que os funcioná rios da UFPel estavam tendo o seu direito de cidadania a 407 408 valiado neste Conselho, na proporção de um quinto, um quar 409 to, ou um outro número qualquer. Esta, em síntese, a colo 410 cação que entendia do seu dever fazer. O Professor Gilberto Gastal pronunciou-se a seguir, afirmando que 411 412 seu juizo é absolutamente pertinente que o Conselho



versitário regulamente, dentro da sua competência, as ma-413 térias que lhe são encaminhadas, objetivando assim alcan-414 çar uma harmonia dentro do convívio universitário. Deve -se 415 ter presente que os órgãos deliberativos ao resolverem as 416 questões pendentes acabam por ferir ou consagrar interes -417 ses, devendo assim sua constituição se dar de acordo com os 418 melhores princípios de legalidade de sorte a não ensejar -419 nulidade das decisões tomadas se o reverso ocorrer. No seu 420 modo de ver não encerram qualquer desdouro as propostas con 421 tidas nos três processos que tratam da representação 422 em discussão, e tampouco apresentam conotações que permi -423 tam inferir-se pretenderem elas discutir a cidadania. A pr $\underline{\acute{o}}$ 424 pria deliberação que venha a ser tomada pelo Conselho vi-425 sando ratificar esta representação certamente não deverá -426 focalizar a questão por este ângulo, no sentido constituti 427 vo da cidadania; quando muito se poderia pensar num direi 428 to declaratório desta. De tal maneira que a quantificação-429 do número de participantes nesses órgãos deve-se a uma ne 430 cessidade de disciplinar o seu funcionamento de modo a efe 431 tivamente consultar os interesses da instituição. 432 dos os debates a Mesa colocou em votação o parecer da Co-433 missão de Legislação e Normas que, por unanimidade, foi a-434 provado, alterando-se entretanto, conforme proposição apre 435 sentada em plenário, a redação original da Comissão na par 436 te referente ao Inciso VI do art. 94 do Regimento Geral , 437 que passa assim a vigir: O Conselho Departamental da Unida 438 de terá representação dos servidores técnico-administrati-439 vos lotados na Unidade, extensível a critério da Unidade aos 440 da Biblioteca Setorial que lhe seja adstrita, em 441 e até 1/5 dos docentes integrantes do Conselho Departamen-442 tal, assegurado o mínimo de um representante. A representa 443 ção será eleita por seus pares, com mandato de dois anos e 444 direito a uma reeleição. 4.8 - PROC. N923110.00070/90-28. 445 Professor Gilberto Gastal. Proposta de Resolução que Esta-446 beleça Liberação Parcial da Jornada de Trabalho do Servi-447 dor que tenha Dependente Excepcional. O processo em pauta 448

foi historiado pelo Sr. Presidente da Comissão de Legisla 449 ção e Normas, que esclareceu ter sido sua atenção desperta 450 da para tal tipo de situação a partir de um problema con-451 creto ocorrido em sua Faculdade, ao assumir a Direção. Tra 452 tava-se de servidora daquela Casa que tendo filha excepcio 453 nal postulava um regime de trabalho contínuo que lhe possi 454 bilitasse liberdade no turno da manhã, quando mais premen-455 te se fazia seu atendimento à filha. Lembrando o proponen-456 te que no âmbito do serviço público estadual existia lei au 457 torizando a liberação parcial da jornada de trabalho a ser 458 vidor que tenha dependente excepcional, ocorreu-lhe, então, 459 de sugerir à Reitoria submeter ao Conselho Universitário $\underline{\mathbf{u}}$ 460 ma proposta de resolução que estabelecesse semelhante tra 461 tamento a servidores da Universidade que "suportam o neces 462 sário e doloroso fardo do atendimento a dependente excepci 463 onal". Os autos foram apreciados pela douta Procuradoria -464 Juridica da Universidade que manifesta-se favorável ao en 465 caminhamento da proposta de resolução ao Conselho Universi 466 tário para que, se assim o entender, atenda tão humano ape 467 lo. Chamada a emitir parecer a Comissão de Legislação e 468 Normas opina pelo acolhimento da proposta, recomendando que 469 se aprove resolução que expresse: Arto 10 - Atendidos os re 470 quisitos seguintes e a requerimento do interessado, 471 concedida redução de 20 horas na jornada semanal do servi-472 dor que tenha como dependente pessoa excepcional. § 19 - A 473 redução da jornada não importará em redução salarial. § 29 474 Considerar-se-á excepcionalidade a grave redução de apti-475 dões psicomotoras decorrentes de lesão congênita. Arto 20-476 O benefício somente alcançará o servidor, cujo dependente 477 não disponha de outra companhia no lar. Arto 30 - A situa 478 ção pessoal do dependente será atestada pelo Serviço Médi-479 co da Universidade e a situação doméstica selo-á, ao tempo 480 do requerimento e semestralmente, por Assistente Social da 481 Universidade. Art? 49 - Serão consideradas faltas graves e 482 implicarão em imediata supressão do benefício: a) Inveraci 483 dade de atestado. b) Desenvolvimento, pelo Servidor, 484 de

485 qualquer outra atividade que ocupe as horas dispensadas 486 prejuízo da companhia ao excepcional. Art? 59 - Cessado o 487 requisito para o beneficio, o servidor retomará a plenitu 488 de de sua jornada de trabalho, posto que o gozo do benefi-489 cio, por mais tempo que perdure, não implicará em 490 ção de seu regime de trabalho. Esta, em síntese, a instru ção do processo. Em discussão o parecer, não houve manifes 491 tações sobre o mesmo, sendo logo colocado em votação, vin-492 do a ser aprovado unanimemente, devendo ser baixada resolu 493 ção consoante preconizado. ITEM 5 - PROCESSO ORIUNDO DO DE 494 495 PARTAMENTO DE PESSOAL PROPONDO ALTERAÇÕES NAS NORMAS DE CON CURSO PARA PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO. Informou a Mesa 497 que não tendo sido possível atender todas as diligências que o processo referente a este tópico está a exigir, 498 este retirado da pauta. ITEM 6 - CONTROLE DE FREQUÊNCIA . 499 500 Como intróito deste assunto o Professor Amilcar Gigante re cordou que havia ele sido já abordado neste Conselho na an 501 terior sessão, quando pôde então o Reitor expor longamente 502 a sua preocupação sobre todas as suas implicações na nossa 503 Universidade, e exortava os srs. diretores a mobilizarem-504 -se em suas respectivas unidades com o propósito de sensi-505 bilizar a comunidade universitária acerca da importância 506 do mesmo. Como naquela reunião decidiu-se tornar a conside 507 rá-lo em outra oportunidade veio a ser objeto da pauta de 508 hoje. Dessa maneira a Presidência deixa livre o tema para 509 pronunciamento dos srs. Conselheiros. O Professor Adair Bu 510 sato solicitou a palavra para dizer que em sua 511 já podia-se constatar os efeitos da campanha encetada nes 512 se sentido, observando-se uma reação favorável de professo 513 res e funcionários quanto ao cumprimento de sua carga horá 514 ria e ao desempenho de suas tarefas. Continua, ainda, o as 515 sunto em aberto, naquela Casa, aguardando-se as conclusões 516 do trabalho realizado por uma comissão paritária para tal 517 fim constituida, a fim de ultimar as medidas a serem imple 518 mentadas. O Professor Rubens Acevedo referiu as dificulda-519 des com que depara-se o Instituto de Ciências Humanas 520

W

521 que concerne, particularmente, ao oferecimento de espaço físico para as atividades acadêmicas, o que tolhe de certa 522 forma a Direção quanto à exigência do ponto. A Professora 523 Morena Pinto Peters disse da sua preocupação não só em re-524 lação à frequência, já que entende que tão ou mais impor -525 tante se constitue a verificação da produtividade de 526 527 fessores e funcionários. O Professor Paulo Affonso Rheingantz declarou que enquanto não for definitivamente resol 528 vido o problema da área física de toda a Universidade tor 529 na-se difícil chegar-se a um procedimento harmônico no res 530 peitante à frequência do pessoal. No seu modo de ver enten 531 532 de ser fundamental que se forme uma comissão que estude a fundo o problema, o que, neste momento, transforma em pro-533 posição concreta perante a Presidência. O Professor Floris 534 mar afirmou constatar-se que hoje o tema da frequência tem 535 sido amplamente discutido na Universidade por todos os seus 536 segmentos, que sentem a necessidade de lograr-se chegar a 537 um estágio de conscientização do problema que fatalmente -538 levar-nos-á a erradicá-lo do nosso meio. É fato que para 539 conseguir-se atingir esta etapa se terá que antes 540 algumas dificuldades como, por exemplo, a indefinição 541 peitante ao plano físico da Universidade, como já tantas -542 vezes levantado neste Conselho. A Escola Superior de Educa 543 ção Física, mesmo, ministra aulas em mais de dez locais di 544 ferentes, o que torna extremamente difícil a aferição da as 545 siduidade de seus membros porém, ainda assim, pode afirmar 546 que não tem se deparado com situações difíceis nesse parti 547 cular. Sendo ponto pacífico que existem arestas que neces-548 sitam ser aparadas, com vistas a atingir o objetivo a que 549 se propõe a Universidade em termos de comprovação da fre-550 quência e, ainda de acordo com a proposição apresentada ao 551 plenário no sentido da constituição de uma comissão especí 552 fica para tal fim, foi deliberado que se incumbiria desse 553 mister a própria Comissão de Administração e Finanças 554 Conselho Universitário que, acrescida do Professor Paulo -555 Affonso Rheingantz, fara, após e com base nos relatórios do 556

Seminário "Repensando a Universidade", um trabalho de manei 557 ra a colher subsidios e os trazer para abordagem neste Or-558 gão. ITEM 7 - PORTARIA Nº02/90 DO CONSELHO DIRETOR DA FUNDA 559 ÇÃO. O Sr. Presidente disse que trazia ao Conselho Universi 560 tário para ciência o documento em epígrafe que trata da Es-561 timativa da Receita e Fixação do Limite da Despesa da Uni-562 versidade. Foram apresentados informes de ordem técnica pe 563 lo Sr. Pró-Reitor Administrativo, por determinação do Magní 564 fico Reitor, quando puderam os srs. Conselheiros inteirar-565 -se dos planos da Instituição nessa área. ITEM 8 -566 ASSUNTOS. Não tendo sido ao início da reunião previstos 567 suntos específicos para serem abordados neste tópico solici 568 tou contudo a palavra o Sr. Pró-Reitor Administrativo, Luiz 569 Osório Rocha dos Santos, que discorreu longamente sobre as 570 pectos administrativos da Universidade, o que foi feito mais 571 a título de ilustração. Ao término da explanação, não tendo 572 mais nada a tratar, o Sr. Presidente agradeceu o compareci-573 mento de todos, dando por encerrada a sessão, da qual, para 574 constar, eu Suralgetila Neusa Vaz e Silva, 575 Secretária dos Conselhos Superiores da Universidade Federal 576 de Pelotas, lavrei a presente Ata que, uma vez aprovada, se 577 rá devidamente assinada pelo Sr. Presidente. 578

Marie Marie